



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000941-59.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Exibição - Medida Cautelar**
 Requerente: **CARLOS YOKIO OLIVEIRA MATUBARO**
 Requerido: **BANCO FICTA S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Carlos Yokio Oliveira Matubaro propôs a presente ação contra o réu Banco Fiat S/A, pedindo a exibição do seguinte documento: via do contrato de financiamento nº. 4696511.

O réu, em contestação de folhas 13/19 pede a improcedência da ação.

Réplica de folhas 37/38.

O réu apresentou o documento de folhas 28/34.

É o relatório. Decido.

Afasto a alegação do réu, como matéria de defesa, da ausência de lide pela não demonstração da solicitação do respectivo documento primeiramente pela via administrativa. O art. 5, XXXV, CF, assegura que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Assim, tratando-se de documentação comum às partes, o requerido é obrigado a exibi-la em juízo (Cf. Humberto Theodoro Júnior, "Código de Processo Civil Anotado", 6ª Edição, Forense, pág. 167).

E, não havendo justo motivo a amparar a recusa, nos moldes do artigo 363 do Código de Processo Civil, remanesce a obrigação de exibir os documentos perseguidos (artigo 359), sendo possível a busca e apreensão ou a pena confesso, esta última como regra de julgamento, não admitida a fixação de astreintes (Súmula nº 372 do S.T.J.) ou outro tipo de sanção.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com efeito, tenho que o réu apresentou a documentação em seu poder, não cabendo à alegação, pelo autor, de que são ilegíveis.

Diante do exposto, julgo procedente o pedido do autor, resolvendo o mérito, o que faço com fundamento no artigo 296, I, do Código de Processo Civil.

Condeno o réu no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária a contar da distribuição da ação e juros de mora a contar da citação.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 13 de maio de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**